



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais
Coordenação de Avaliação

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

CONTRATO DE GESTÃO 2021/2030
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SEMESTRAL DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação - CAA do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, nomeada pela Portaria MCTI nº 9917, de 18 de março de 2026 (13634758), em cumprimento ao que dispõe os § 2º e 3º da Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998, reuniu-se presencialmente, de 25 a 29 de maio de 2026, na unidade do IDSM, na cidade de Belém/PA, objetivando avaliar o alcance das metas pactuadas do Contrato de Gestão anual de 2025. Esta avaliação ocorreu no âmbito do Contrato de Gestão 2021/2030 (8086921), com base no Termo Aditivo 10º (13007182) e Anexo III Quadro Indicadores e Metas (13007209).

Estiveram presentes na Reunião Anual da CAA/Instituto Mamirauá, nomeados pela Portaria SEXEC/MCTI Nº 9917, de 18 de março de 2026, os membros listados abaixo, atuando em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização, do Acompanhamento e da Avaliação de Resultados, do Contrato de Gestão:

- I - MARIA REGINA DE VASCONCELLOS BARBOSA, especialista, Presidente;
II - VANDERLAN DA SILVA BOLZANI, especialista;
III- DALVA MARIA DA MOTA, especialista;
IV - REINALDO LUIZ BOZELLI, especialista;
V - GERALDO WILSON AFONSO FERNANDES, especialista;
VI - SÔNIA SENA ALFAIA, especialista;
VII - LEANDRO TRAVASSOS DOS SANTOS, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, titular;
VIII- BYANNE RIGONATO, representante do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI, titular;

Acompanhou a reunião, como representante da Subsecretaria de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - SPEO, Natália Aurélio Vieira - Coordenadora de Avaliação - COAVA; Vitória Pimenta Estrela da COAVA; e Marlos da Matta Agostini da Coordenação-Geral de Organizações Sociais-MCTI/SPEO/CGOS. As atividades da CAA foram iniciadas às 14h do dia 25 de maio de 2025.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Para a elaboração deste Relatório, a CAA baseou-se na seguinte dinâmica: (1) Apresentação do Relatório Anual/2025 pela Diretoria do IDSM (13793603); (2) Visitas técnicas na RESEX Soure; (3) Análise do Relatório Anual/2025 por parte da CAA — Volume I (13581329), Volume II (13581335), Volume III (13581342) e o Anexo XI (13795806); (4) Elaboração do Relatório de Acompanhamento e Avaliação Anual/2024 por parte da Comissão.

3. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PACTUADAS

O Quadro de Indicadores e Metas, apresentado a seguir, resume os resultados alcançados em 2025 em comparação com os parâmetros pactuados no Contrato de Gestão.

QUADRO - COMPARATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS NO ANO DE 2025

Macroprocesso	Indicador	Tipo	Pactuado	Realizado	Percentual de atingimento	Peso	Nota	Total
1. Produção Científica	1. Índice Geral de Publicações (IGPub)	Efetividade	1,45	1,48	102%	2	10	20
	2. Índice de Publicações Indexadas nos Extratos A4 e Superiores (IPuA4+)	Eficiência	0,57	1,15	201%	3	10	30
	3. Número de redes de pesquisa com participação ativa de membros dos Instituto Mamirauá	Efetividade	5	8	160%	2	10	20
2. Disseminação Tecnológica	4. Número de Eventos de Disseminação das Experiências e Melhores Práticas do Instituto Mamirauá (EDEMP)	Eficácia	4	5	125%	3	10	30

	5. Percentual de Permanência das Turmas de Alunos do CVT (PPTA)	Efetividade	>85%	100%	118%	2	10	20
	6. Número Cumulativo de material didático com linguagem adequada sobre tecnologias sustentáveis, gestão e uso de recursos naturais, publicado e aplicado (NCMPA)	Eficácia	9	10	111%	2	10	20
3. Manejo Sustentável	7. Número cumulativo de rotinas de abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAB)	Eficácia	10	9	90%	3	8	24
	8. Índice de Pirarucus Manejados com Assessoramento do Instituto Mamirauá com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP)	Efetividade	>0,7	0,64	91%	2	9	18
	9. Número de Tipos de Manejo de Recursos Naturais com Assessoramento do Instituto Mamirauá (NRNM)	Eficácia	7	7	100%	2	10	20
4. Qualidade de Vida	10. Número Cumulativo de Tecnologias Sociais Experimentadas pelo Instituto Mamirauá voltadas ao Incremento da Qualidade de Vida (TSEQV) de Comunidades Rurais da Amazônia	Eficiência	5	5	100%	2	10	20
5. Tecnologias de Gestão	11. Índice de Participação de Lideranças Capacitadas pelo Instituto Mamirauá (IPLC)	Efetividade	>0,45	0,43	96%	2	10	20
6. Desenvolvimento Institucional	12. Alavancagem Mínima de Recursos para Custeio Fora do Contrato de Gestão no Instituto Mamirauá (AMRCFCG)	Eficácia	>0,3	-	100%	2	10	20
	13. Índice Anual de Impacto na Mídia (IAIM)	Eficiência	>80%	139%	111%	2	10	20
	14. Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do Instituto Mamirauá ao Ano (PFAA)	Economicidade	<20%	15%	100%	2	10	20
						31		302
Nota Média Global						9,74		

Anexo IV - Sistemática de Avaliação (8090626)

Nota atribuída por resultado do indicador: se 96% ou mais, nota = 10; entre 91% e 95%, nota = 9; entre 81% e 90%, nota = 8; entre 71% e 80%, nota = 7; entre 61% e 70%, nota = 6; entre 51% e 60%, nota = 5; entre 41% e 50%=4, 40% ou menos, nota = 0.

Pontuação global e conceito: 9,4 a 10,0 pontos = atingiu plenamente o desempenho esperado; de 8,0 a 9,3 pontos: atingiu o desempenho esperado; de 6,0 a 7,9 pontos: atingiu parcialmente o desempenho esperado; abaixo de 6,0 pontos: não atingiu o desempenho esperado.

Nota: a CAA utiliza a nomenclatura sim, não, parcialmente alcançada e alcançada.

4. COMENTÁRIOS DA COMISSÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS METAS 2025

Com relação ao cumprimento das metas 2025 temos os seguintes comentários a tecer:

1 - Índice Geral de Publicações (IGPub) - A meta foi alcançada com 102%, demonstrando alcance ligeiramente superior à pactuada.

2 - Índice de Publicações Indexadas nos Extratos A4 e Superiores (IPuA4+) - A meta foi superada, atingindo 201%.

3 - Número de Redes de Pesquisa com participação ativa de membros do IDSM - A meta foi superada, atingindo 160%. Estavam previstas 5, mas o Instituto Mamirauá participou em 8 redes de pesquisa.

4 - Número de Eventos de Disseminação das Experiências e Melhores Práticas do IDSM (EDEMP) - A meta foi superada, atingindo 125%. Estavam previstos 4 cursos, tendo sido realizados 5 cursos, envolvendo 123 participantes no total.

5 - Percentual de permanência de alunos nas turmas (PPAT) do CVT - A meta prevista era de 85% de permanência. A formação de jovens superou a meta em 17,6%, uma ação louvável devido a importância da formação de jovens e o significado para o futuro dessa ação na região (Amazonas, Pará e Amapá), serem fator essencial para o desenvolvimento local.

6 - Número cumulativo de material didático com linguagem adequada sobre tecnologias sustentáveis, gestão e uso de recursos naturais, publicado e aplicado (NCMPA) - A meta foi superada, atingindo 111%. Estavam previstos o desenvolvimento de 9 materiais, tendo sido realizados 10 no ano de 2025.

7 - Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem Elaboradas para Diferentes Contextos de Manejo Sustentável de Recursos Naturais (NCRAB) - A meta de 10 protocolos não foi alcançada, atingindo 90%. Isto porque, somente em novembro de 2025, foi firmado um acordo formal sobre a aplicação da legislação para estabelecimentos específicos destinados ao manejo de jacarés em Unidades de Conservação, por meio da dispensa de licenciamento ambiental, conquista obtida pelo Instituto Mamirauá, após cinco anos de tratativas. Diante disso, o Instituto Mamirauá decidiu revisar, adequar e atualizar o texto do protocolo, incorporando as diretrizes decorrentes da pioneira dispensa de licenciamento. Em razão dessas adequações, a finalização do documento sofreu atraso, passando a ter previsão de publicação no primeiro semestre de 2026.

8 - Índice de Pirarucus Manejados com Assessoramento do IDSM com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP) - A meta prevista era de 70% de pirarucus manejados, entretanto atingiu 64%, o que corresponde a 91,4% da meta pactuada, portanto, não se alcançou a meta pactuada. Tal desempenho, foi provavelmente em função do nível de água dos rios que não foi adequado para a pesca. Destaca-se que historicamente esta meta vem sendo alcançada, o que demonstra o caráter extemporâneo do desempenho deste ano.

Ademais em 2025, o nível dos rios estava alto, ou seja, não apresentava condições favoráveis tanto para a contagem quanto para a pesca e houve elevação do nível em um ritmo acelerado, proporcionando uma grande área de refúgio na floresta alagada, diminuindo assim, a eficiência da captura dos peixes, em especial, do pirarucu.

9 - Número de Tipos de Manejo de Recursos Naturais com Assessoramento do IDSM ao Ano (NRNM) - A meta foi atingida, alcançando o valor de 100%.

10 - Número Cumulativo de Tecnologias Sociais Experimentadas pelo IDSM, voltadas ao Incremento da Qualidade de Vida de Comunidades Rurais da Amazônia (TSEQV) - A meta foi alcançada com o valor de 100%, destacando-se sua importância social.

11 - Índice de Participação de Lideranças Capacitadas pelo IDSM ao Ano (IPLC) - A meta não foi alcançada, obtendo 96% do pactuado. Mesmo assim, destaca-se a sua relevância considerando as dificuldades de deslocamento na região e a dependência da dinâmica própria das diferentes organizações e instâncias decisórias para aferimento da meta.

12 - Alavancagem Mínima de Recursos para Custeio Fora do Contrato de Gestão do IDSM (AMRCFCG) - A fórmula de cálculo da meta apresenta um problema quando o valor do Contrato de Gestão (CG) é inferior ao pagamento de pessoal, ocasionando um erro que não permite seu cálculo correto. Apesar disso destaca-se que a alavancagem (R\$ 18.021.971,99) foi equivalente a 91% do valor total repassado pelo contrato de gestão (R\$ 19.717.096,00). Dessa forma, considerando que a meta pactuada era de alavancagem mínima de 30% do valor repassado pelo CG, excluindo-se os gastos com pessoal, considera-se que esta meta foi amplamente alcançada.

	2021	2022	2023	2024	2025
Recursos MCTI	R\$ 16.418.255,76	R\$ 47.063.759,99	R\$ 27.002.991,81	R\$ 19.777.606,00	R\$ 19.717.096,00
Alavancagem	R\$ 7.411.345,01	R\$ 8.238.934,82	R\$ 12.480.072,89	R\$ 24.044.148,60	R\$ 18.021.971,99
Percentual	45%	18%	46%	122%	91%

Nesse quadro registra-se o percentual histórico de captação frente ao valor total repassado pelo contrato de gestão, ficando demonstrado que apenas em 2022 a meta ficaria inferior a 30% do valor total do CG (considerando os valores totais repassados, sem exclusão dos gastos com pessoal).

13 - Repercussão das Ações de Comunicação do IDSM ao Ano (RAC) - A meta foi alcançada com 111%. Vale destacar que as ações de comunicação e divulgação de todo o trabalho realizado são importantíssimas não apenas para a região amazônica, mas para o país como um todo, em função dos ODS 2030.

14 - Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM ao Ano (PFAA) - A meta foi alcançada. O Instituto Mamirauá tem hoje, apenas 15% do total do seu quadro de pessoal dedicado às atividades administrativas, abaixo dos 20% pactuados no contrato de gestão.

5. VISITAS TÉCNICAS

A CAA realizou visitas técnicas na Reserva Extrativista Marinha de Soure, na Ilha de Marajó, conforme a agenda detalhada em (documento SEI nº 13687072). As atividades incluíram:

1. Visita a sede da Assuremas - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure

No dia 26 de maio foi realizada uma visita à sede da ASSUREMAS (Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure), quando então a Comissão foi apresentada à diretoria da Assuremas. Houve apresentação do histórico da relação do IDSM com a Associação e das demandas da ASSUREMAS, que age como uma associação mãe das outras entidades extrativistas locais. Foi destacada a demanda da Associação pelo tratamento dos resíduos do processamento futuro do caranguejo.

Neste contexto, o trabalho realizado pelo IDSM é estratégico ao propor um embasamento científico para o alavancamento do extrativismo sustentável do caranguejo-uçá. Tal empreitada é fundamentada pela alta riqueza dos constituintes da carapaça da espécie, que compreende carbonato de cálcio e quitina. Os estudos em andamento, em conjunto com associações locais, têm como meta desenvolver tecnologias para o aproveitamento deste rico material descartado, gerando maior renda e oportunidades de ganho econômico para a população. Além disso, a preservação dos manguezais é parte integrante do projeto que busca entender a sua biodiversidade e dinâmica, garantindo a continuidade dos serviços ecossistêmicos essenciais para a região e geração contínua e sustentável de renda para a sociedade.

2. Visita à parcela de manguezal de monitoramento de biodiversidade, em parceria com ICMBio/NGI Soure na região de Caju-Una

No dia 26 à tarde aconteceu a visita da CAA a parcelas de estudo do manguezal, realizado pelo Instituto Mamirauá em parceria com o Projeto Monitora do ICMBio, na comunidade de Caju-una. A visita permitiu conhecer de perto a riqueza natural e os processos ecológicos deste ecossistema e as condições logísticas desafiadoras para o desenvolvimento das atividades de campo do projeto.

Os manguezais estão entre os ecossistemas mais eficientes do planeta na mitigação das mudanças climáticas. Este é um ecossistema costeiro marcado por espécies capazes de sobreviver à alta salinidade e ventos fortes advindos dos oceanos. Algumas poucas espécies são comuns em todo o mundo, enquanto a especificidade de cada ambiente é dada por algumas espécies localmente distribuídas. Na Ilha de Marajó, ocorre um mangue excepcionalmente diverso, composto por espécies arbóreas que atingem, de maneira inédita, alturas de mais de 40 metros. Tal fato é provavelmente devido à reunião de características especiais que compõem este ambiente.

Nesta região, em específico, os serviços ecossistêmicos fornecidos pelo mangue são muito importantes, destacando-se: i) alto sequestro de carbono, armazenado em raízes e caules das plantas e nos sedimentos ricos em matéria orgânica; ii) proteção costeira efetuada pelas raízes e caules emaranhados que atuam como barreiras naturais para o impacto de ondas, marés e tempestades severas, protegendo a costa contra a erosão,

inundações severas e o aumento do nível do mar; iii) geração de renda das populações costeiras e ribeirinhas, principalmente aliadas à pesca, extrativismo de caranguejo e, ainda, ecoturismo. Embora o manguezal de Marajó seja fundamental para a subsistência e desenvolvimento econômico regional, estratégias de uso precisam ser desenvolvidas visando uma bioeconomia sustentável.

3. Visita a sede do ICMBio em Soure

Nesta visita, a gerência do NGI (Núcleo de Gestão Integrada) do ICMBio em Soure (PA) fez uma apresentação rápida sobre a Resex Marinha de Soure, destacando a visibilidade obtida pela UC pelo fato desta ser a primeira área reconhecida na lista verde de áreas protegidas da IUCN no Brasil. Esta lista reconhece áreas protegidas e conservadas em todo o mundo que são geridas de forma eficaz e justa. Foram feitas também apresentações dos Projetos Entre Águas Amazônicas, financiado pelo GEF, e Sustenta Mangue, financiado pela Fundação Gordon and Betty Moore, com foco nas atividades desenvolvidas pelo IDSM em parceria com o ICMBIO na Resex. Estas atividades contemplam Inventários e monitoramento da biodiversidade, em particular estudos florísticos, de produção de serrapilheira de manguezais e de mastofauna. Na oportunidade, foi sugerido por um membro da CAA que o IDSM avalie a possibilidade de integrar os resultados advindos destes projetos à iniciativa “lista azul dos ecossistemas de referência” do MCTI fomentando iniciativas de restauração que privilegiam a biodiversidade inerente a cada região.

6. ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES DA COMISSÃO

Tendo a CAA analisado o Relatório anual 2025 do Instituto Mamirauá, e considerado também os esclarecimentos prestados por sua Direção, apresentam-se a seguir comentários sobre as recomendações/sugestões constantes dos relatórios anteriores desta Comissão, a saber:

Recomendações constantes do Relatório Anual 2023:

Ao MCTI:

2. Envidar esforços para o cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as relativas ao cronograma de desembolso pactuado no Contrato de Gestão, de modo a garantir a manutenção da parceria.

- **Comentário da CAA da Reunião Semestral 2024:** Recomendação mantida. No primeiro semestre de 2024, não foi cumprido o cronograma de desembolso constante no 9o TA ao Contrato de Gestão.
- **Comentário da CAA da Reunião Anual 2024:** Recomendação mantida.
- **Comentário da CAA da Reunião Semestral 2025:** Recomendação alterada.
- A CAA recomenda que o MCTI envie esforços para manter a regularidade no repasse dos recursos do Contrato de Gestão já no primeiro semestre, de modo a viabilizar o funcionamento do Instituto Mamirauá, sem comprometer recursos de sua reserva técnica.
- **Comentário da CAA da Reunião Anual 2025:** Recomendação mantida com a alteração da reunião semestral de 2025. Ressalta-se que em 2025 a situação agravou-se e foi necessário o uso de grande parte da reserva técnica para manutenção das atividades do Instituto.

Recomendações constantes do Relatório Semestral 2024:

Ao Instituto Mamirauá:

Apresentar proposta de ajuste de indicadores que evidencie não só as entregas sociais do Instituto, como também o impacto das suas ações, frente à nova realidade.

- **Comentário da CAA da Reunião Anual 2024:** Recomendação mantida. Sugere-se que a nova proposta de indicadores seja apresentada na próxima reunião semestral.
- **Comentário da CAA da Reunião Semestral 2025:** Recomendação mantida. Após alguns esclarecimentos do diretor ao CAA, é consenso que haja que haja maior tempo para ajustes dos referidos indicadores.
- **Comentário da CAA da Reunião Anual 2025:** Recomendação alterada. Solicita-se ao IDSM apresentar uma proposta de reajuste dos atuais indicadores que evidencie o impacto socioeconômico das entregas do IDSM com indicadores qualitativos e quantitativos.

Recomendações do Relatório Anual 2024:

Ao Instituto Mamirauá:

1. A CAA recomenda que metas que tenham sido continuamente superadas ao longo dos anos, sejam avaliadas em função dos seus desafios.
 2. Em relação ao indicador 11, a CAA recomenda que o Instituto Mamirauá informe o número de lideranças capacitadas a partir de 2014. Tendo em vista os dados apresentarem a baixa participação de mulheres e de jovens atuantes (72% são homens e apenas 7% são jovens), bem como a importância desse instituto nessas comunidades, sugere-se estratégias para aumentar a participação desses grupos.
- **Comentário da CAA da Reunião Anual 2025:** Recomendação mantida.
 - **Comentário da CAA da Reunião Semestral 2025:** Recomendação parcialmente mantida. O item 1 está contemplado nas recomendações do relatório semestral de 2024. Com relação ao indicador 11, recomenda-se a atualização da listagem de lideranças capacitadas após 2014.
 - **Comentário da CAA da Reunião Anual 2025:** Recomendação mantida.

7. NOVAS RECOMENDAÇÕES

Ao Instituto Mamirauá

Recomenda-se a alteração da fórmula de cálculo do indicador 12. Sugere-se que seja revista a fórmula de cálculo do indicador para que não se repita a situação de 2025, já que a fórmula atual inviabilizou o cálculo da meta. Uma possibilidade seria medir o percentual de captação frente ao valor total repassado pelo contrato de gestão sem excluir a despesa com pessoal.

Pela primeira vez na história, essa Comissão fez uma visita aos Projetos do Instituto Mamirauá desenvolvidos no estado do Pará, o que foi muito importante para uma melhor apreensão pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação - CAA da amplitude e complexidade da atuação do Instituto. Ao mesmo tempo, o acompanhamento das atividades da organização social no Pará evidenciou sua maturidade institucional e capacidade de geração de conhecimento e replicação de metodologias, estratégias, tecnologias e soluções que vem desenvolvendo, particularmente na região do médio Solimões, em prol da sustentabilidade socioambiental.

Importante ressaltar o envolvimento de mulheres em praticamente todas as ações, um dado relevante em uma região onde as mulheres têm papel vital em inúmeras atividades, colocando a região em consonância com os ODS 2030. Cabe ainda dizer que foi possível observar a capacidade de interlocução e construção de parcerias nesta nova área geográfica, aspecto decisivo para uma atuação responsável e transformadora em busca dos objetivos que orientam a instituição e têm consagrado suas práticas.

Após análise do Relatório Anual de 2025 apresentado pelo Instituto Mamirauá, a CAA registra que dos 14 indicadores avaliados apenas 3 (três) indicadores, 7, 8 e 11, não alcançaram as metas, embora tenham alcançado mais de 90% do valor pactuado. Adicionalmente, foram apresentados esclarecimentos para todos estes indicadores, ressaltando-se as seguintes justificativas: 7) Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem Elaboradas para Diferentes Contextos de Manejo Sustentável de Recursos Naturais (NCRAB) - o indicador foi influenciado por decisão estratégica do Instituto Mamirauá em adiar a publicação de um protocolo de manejo de jacarés para sua revisão, adequação e atualização do texto; 8) Índice de Pirarucus Manejados com Assessoramento do Instituto Mamirauá com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP) - foi influenciado pela dinâmica do pulso de inundação que pode ter resultado na pesca de indivíduos menores; 11). O Índice de Participação de Lideranças Capacitadas pelo Instituto Mamirauá (IPLC) alcançou 96% da meta, com 168 lideranças assumindo cargos em organizações de base comunitárias.

Com relação ao indicador 12 - Alavancagem Mínima de Recursos para Custeio Fora do Contrato de Gestão no Instituto Mamirauá (AMRCFCG) - destaca-se que a atual fórmula de cálculo resultou em um denominador negativo, impedindo sua devida aferição. Contudo, o CAA atribuiu nota 10 a este indicador, por entender que o valor alavancado seria superior à meta, caso o denominador tivesse valor positivo.

Desse modo, com base na análise do Relatório Anual do Contrato de Gestão de 2025, e considerando as explicações e informações adicionais apresentadas pela diretoria, esta Comissão de Acompanhamento e Avaliação conclui que, de acordo com a Sistemática de Avaliação pactuada, o Instituto Mamirauá atingiu alto desempenho no ano analisado, tendo alcançado a nota 9,74.

O acompanhamento temporal do Instituto Mamirauá permitiu a esta Comissão identificar que a atual gestão tem se notabilizado pela coesão interna em diferentes níveis, que tem favorecido a construção de uma visão institucional, decisiva para desenvolvimento futuro do Instituto e sua consolidação como agente fundamental para a conservação e o uso sustentável da natureza.

Por fim, esta Comissão parabeniza a atual administração do Instituto Mamirauá pelos contínuos avanços em seu desempenho, o que se reflete nas metas alcançadas, superadas e no reconhecimento de seu importante papel científico e social em nível nacional e internacional.

9. ENCAMINHAMENTOS PARA A REUNIÃO DE AVALIAÇÃO ANUAL 2025

A Reunião de Avaliação Semestral 2026 da CAA deverá ocorrer na sede do Instituto Mamirauá, em Tefé/AM, no período de 09 a 13 de novembro de 2026.

Belém, 29 de maio de 2026.

Assinam eletronicamente este documento, por acesso interno e externo ao SEI:

- MARIA REGINA DE VASCONCELLOS BARBOSA, especialista, Presidente
- VANDERLAN DA SILVA BOLZANI, especialista;
- DALVA MARIA DA MOTA, especialista;
- REINALDO LUIZ BOZELLI, especialista;
- GERALDO WILSON AFONSO FERNANDES, especialista;
- SÔNIA SENA ALFAIA, especialista;
- LEANDRO TRAVASSOS DOS SANTOS, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, titular;
- BYANNE RIGONATO, representante do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI, titular;









Documento assinado eletronicamente por **Vanderlan da Silva Bolzani (E), Usuário Externo**, em 29/05/2026, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina de Vasconcellos Barbosa (E), Usuário Externo**, em 29/05/2026, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Luiz Bozelli (E), Usuário Externo**, em 29/05/2026, às 11:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Sena Alfaia (E), Usuário Externo**, em 29/05/2026, às 11:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Byanne Rigonato (E), Usuário Externo**, em 29/05/2026, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Travassos dos Santos, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 29/05/2026, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dalva Maria da Mota, Usuário Externo**, em 29/05/2026, às 13:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Wilson Afonso Fernandes (E), Usuário Externo**, em 01/06/2026, às 06:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **13793302** e o código CRC **A532433B**.

